
O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e as fontes judiciais

The Public Archive of the State of Rio Grande do Sul and the Judicial Sources

*Aline Nascimento Maciel**
*Camila Lacerda Couto***

Resumo: O texto relata um breve histórico do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers), desde a criação do mesmo em 1906. Descreve as principais atividades de sua atuação. Apresenta o acervo do Poder Judiciário custodiado pelo Apers, o histórico dessas fontes documentais e a organização arquivística aplicada aos processos judiciais. Relata as principais atividades realizadas referentes à classificação, ao arranjo e à descrição arquivística aplicadas ao acervo, inclusive sobre seu gerenciamento físico. Enumera possibilidades de pesquisa no acervo judicial e apresenta alguns dos principais projetos, atividades e eventos culturais planejados e realizados a partir do estudo e da divulgação dessas fontes documentais.

Palavras-chave: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul; classificação; quadro de arranjo; processos judiciais.

Abstract: Reports a brief history of the Public Archives of the State of Rio Grande do Sul (Apers), since the creation of the same in 1906. Describes the main activities of its actions. Presents the collection of the Judiciary guarded by Apers, the history of these documental sources and archival organization applied to judicial proceedings. Reports the main activities related to the classification, arrangement and archival description applied to the collection, including its physical management. Lists research possibilities in the collection of justice and presents some the main projects, activities and cultural events planned from the study performed and the disclosure of documentary sources.

Keywords: Public Archives of the State of Rio Grande do Sul; classification; framework arrangement; legal proceedings.

* Arquivistas da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos do Estado do RS – Departamento de Arquivo Público. Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br;wordpress.arquivopublicors.com>>. Tel.: (51) 3288-9108. *E-mail:* alinenm@gmail.com, camilalacer@gmail.com.

Introdução: atuação do arquivo público

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers) foi criado através do Decreto 876, de 8 de março de 1906, e, na época, denominava-se “Repartição de Arquivo Público, Estatística e Biblioteca”, sendo subordinado à Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. Posteriormente, em 1956, devido a alterações na denominação dessa secretaria, o Arquivo Público foi vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, permanecendo assim até o ano de 1975, quando a Secretaria do Interior e Justiça se transformou em Secretaria da Justiça, e o Apers ficou vinculado a essa nova secretaria, através do Decreto 29.373, de 12 de dezembro de 1979.

Na década de 90 (séc. XX), o Departamento de Arquivo Público do Estado foi vinculado à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (Sarh) através do Decreto 35.923, de 12 de abril de 1995.

Em sua trajetória, o Apers passou por diversas modificações administrativas que se refletiram na composição de seu acervo. A principal delas ocorreu em 1925, quando houve a transferência da 2ª seção (Arquivo Histórico e Geográfico) para o Museu Júlio de Castilhos, que, posteriormente, deu origem ao Departamento de História Nacional, atualmente Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Ahrs). Permaneceram sob a responsabilidade do Apers a 1ª e a 3ª seções (administrativa e arquivo forense, respectivamente).

Outra grande modificação foi a desvinculação do Poder Judiciário, que parou de recolher documentos ao Apers na década de 80. Sabe-se que, apesar de não haver registros oficiais, a principal razão foi devido à ausência de espaço físico para a continuação do recolhimento desse acervo. Atualmente, a responsabilidade de recolhimento, guarda e gestão dos arquivos judiciais é do Poder Judiciário.

Além da gestão do acervo recolhido ao longo de seus 105 anos, o Apers é o órgão gestor do Sistema de Arquivos do Estado do RS (Siarq/RS), que foi criado conforme os termos do Decreto 20.818, de 26 de dezembro de 1970, pelo Decreto 33.200, de 5 de junho de 1989, e reorganizado pelo Decreto 47.022, de 25 de fevereiro de 2010. Assim, o Arquivo Público atua assessorando todos os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, além de municípios, no que concerne à gestão documental.

Entre suas funções se destacam também: a promoção de ações e políticas de preservação da memória do estado, atividades educativas e culturais, divulgação do acervo, incentivo e valorização à pesquisa.

O acervo do Poder Judiciário no Apers

Estão custodiados no Apers documentos oriundos do Poder Judiciário, desde o ano de 1763 até, aproximadamente, meados da década de 80 (séc. XX). Esse acervo mede 3.320,54 metros lineares, ou seja, o equivalente a 27.672 caixas.

Além de processos judiciais provenientes da Comarca de Porto Alegre do período de 1833 até 1980, também foram recolhidos processos de diversas comarcas do interior do estado, tais como: Alegrete (1833-1856); Bagé (1842-1956); Bento Gonçalves (1907-1955); Caxias do Sul (1898-1907/1919-1955); Cruz Alta (1858-1959); Jaguarão (1872-1939); Júlio de Castilhos (1844-1955); Rio Pardo (1833-1961); Santa Maria (1878-1939); São Borja (1823-1872/1878-1957); São Luiz Gonzaga (1890-1957); Torres (1945-1952); Uruguaiana (1875-1955); e Veranópolis (1945-1950).

Dentre os processos judiciais, foram identificadas diversas tipologias, entre essas, destacam-se: acidente de trabalho, adoção, alimentos, anulação de casamento, crime, curatela, desquite, divórcio, falência, inventário, medição, partilha, possessória, separação de corpos, testamento e tutela. Sendo que as tipologias mais pesquisadas costumam ser processos judiciais de inventário e de crime.

Também faziam parte do acervo do Poder Judiciário, livros de registros dos atos administrativos das comarcas, tais como: livro de protocolo de termos de audiência, de atas de qualificação dos jurados, de registros de tutelas, entre outros. Esses livros foram transferidos ao Tribunal de Justiça do Estado do RS, em 29/4/2010, passando a integrar o acervo do Memorial do Poder Judiciário.

Histórico das fontes documentais do Poder Judiciário no Apers

O Decreto 876/1906, que criou o Arquivo Público do Rio Grande do Sul, define em seu artigo 3º: “À primeira secção compete guarda e catalogação dos documentos: [...] XXXII – Todos os autos findos de jurisdição contenciosas, bem como inventários.” Assim, fica definido que os documentos produzidos em razão da atividade judiciária ficarão sob a custódia do Apers.

Essa definição permanece nos Decreto 3.775, de 4 de janeiro de 1927, no qual consta em seu artigo 1º: “O Archivo Público [...] é destinado a recolher, adquirir e conservar, sob classificação systemática: [...]; b) Os documentos de vendas, cessão e medição de terras, os autos findos de jurisdição contenciosa, bem como inventários.” Nesse mesmo decreto, fica expresso que é dever dos juízes e serventuários “providenciar para que sejam imediatamente recolhidos ao Archivo Público, assim que estiverem findos, os autos ou processos.” (Capítulo III).

O Decreto 7.058, de 22 de maio de 1956, estabelece, ainda, como uma das seções do Departamento, a *Secção de Arquivos de Processos Judiciários*, a qual é composta pela Turma de Classificação e Catalogação de Livros, Autos e Documentos e pela Turma de Pesquisas.

Em seu Regimento Interno, publicado via Decreto 9.207, de 5 de agosto de 1958, essa seção permanece como parte da composição do Apers, regulamentou-se que a Turma de Classificação e Arquivamento deverá “classificar, relacionar, fichar [...] todos os documentos recolhidos pelo Poder Judiciário”. No artigo 1º, fica estabelecido que o Archivo Público

tem por fim recolher, guardar e conservar sob classificação sistemática: [...]; b) Os livros, autos e documentos oriundos dos tabelionatos e cartórios do Estado, referentes à registros e ações judiciais, que tratam da compra e venda, contratos, doações, hipotecas, quitações, procurações, partilhas amigáveis, etc. (RIO GRANDE DO SUL, 1958).

Essas atribuições pertinentes ao Apers permanecem ainda regulamentadas pelo artigo 1º do Decreto 22.388, de 23 de março de 1973, que diz: uma das finalidades do mesmo é “receber, guardar e conservar sob classificação sistemática, os documentos provenientes dos órgãos integrantes dos Poderes Judiciário e Executivo do Estado”. Contudo, no Decreto 35.923, de 12 de abril de 1995, já não aparece, no rol de suas competências, o recolhimento de acervo oriundo do Poder Judiciário; seu art. 6º reza que ao Departamento de Archivo Público compete “gerenciar os processos de arquivamento, avaliação, guarda e conservação da documentação do Poder Executivo”.

Esses decretos revelam como decorreu a organização do acervo do Poder Judiciário no período em que essa competência ainda era do Archivo Público do Estado. Atualmente, essa tarefa de recolher, organizar, gerenciar

e disponibilizar processos judiciais para o usuário é da alçada do Poder Judiciário; no entanto, possibilita-se, ainda, o acesso aos documentos desse período em que houve recolhimento, bem como se realizam atividades que objetivam a organização do acervo de modo a respeitar os princípios arquivísticos.

Organização arquivística

Quando houve o recolhimento do acervo do Poder Judiciário ao Apers, os documentos estavam organizados e divididos de acordo com os *municípios* do estado, no entanto, considerou-se o fato de que, na estrutura do Poder Judiciário, o território do Rio Grande do Sul é dividido em comarcas, que correspondem ao “território, à circunscrição territorial, compreendida pelos limites em que se encerra a jurisdição de um Juiz de Direito, [...] dividida em termos, jurisdicionada por juízes próprios, subordinados, então, ao Juiz da Comarca” (DE PLÁCIDO E SILVA, 1961, p. 360), e uma comarca pode abranger um ou mais municípios, ou seja, nem sempre um município equivale a uma comarca. Para constituir uma comarca, que será denominada conforme o município onde estiver sua sede, de acordo com o Código de Organização Judiciária do Estado, é necessário que se atenda a requisitos tais como: população mínima de 20 mil habitantes, com 5 mil eleitores, volume de, no mínimo, 300 feitos ingressados no serviço forense diariamente e receita tributária mínima igual à exigida para criação de municípios.

Em 2003, quando iniciou o trabalho de organização arquivística do acervo, verificou-se a necessidade de modificar essa classificação, sendo, a partir de então, utilizada a classificação por *comarcas*, o que respeita o *princípio de respeito aos fundos*, que:

protege a integridade dos conjuntos documentais enquanto informação, refletindo-se no arranjo as origens e os processos que os criaram. [...] Serve para que conheçam a natureza e o significado dos documentos no seu contexto e circunstâncias [...]. Serve para que haja critério mais ou menos universal no arranjo e uniformidade da descrição. (BELLOTTO, 1991, p. 86-87).

Assim, o acervo do Poder Judiciário se dividiu em fundos, e cada fundo é composto pela comarca-sede – ou *cabeça de comarca* – e seus termos vinculados, respeitando-se sempre períodos de acréscimo e supressão dos mesmos. Para tanto, realizou-se um estudo que resultou no *Quadro de*

Arranjo Intelectual do Judiciário. Esse quadro permite visualizar datas-limite de sedes, bem como seus termos relacionados.

O trabalho de organização desse acervo envolve, prioritariamente, as equipes de Gerenciamento de Acervos e de Descrição Arquivística, que trabalham em conjunto e dividem as atividades em duas grandes etapas: reorganização conforme o quadro citado e indexação de processos no Sistema Administração de Acervos Públicos (AAP).

Gerenciamento de acervos

Nessa etapa, é definido o arranjo dos documentos, a fim de otimizar a utilização do espaço disponível. A equipe de trabalho desenvolve os estudos desde o arranjo intelectual, pesquisando as datas-limite das comarcas e suas relações, até o arranjo físico, no qual se verifica o volume de processos judiciais de cada comarca, para que os documentos possam ser devidamente tratados, reacondicionados e disponibilizados à equipe de descrição.

Atualmente a equipe conta com dois arquivistas responsáveis pelos estudos e pesquisas e uma funcionária que realiza a parte técnica.

Descrição

Integram a equipe de descrição, atualmente, três arquivistas e três estagiários, que são responsáveis pela inserção de informações no Sistema AAP – Administração de Acervos Públicos, além da elaboração de instrumentos de pesquisa a partir da aplicação de normas internacionais e nacionais. Depois de finalizada a inserção dos documentos no Sistema AAP, os processos podem ser pesquisados via internet no portal do Apers.

Importante ressaltar a importância das historiadoras que atuam no Apers, junto com os arquivistas, na elaboração de instrumentos de pesquisa, tais como catálogos seletivos. A parceria arquivista-historiador enriqueceu o trabalho de tal forma que a maioria das atividades da instituição passou a contar com a participação de profissionais de ambas as áreas.

Fontes documentais: possibilidades de pesquisa

Por se tratar de documentação rica em inúmeros aspectos, há um extenso leque de possibilidades de pesquisa no acervo do Poder Judiciário, sendo o acervo mais pesquisado do Arquivo Público.

Aqui descrevemos algumas peculiaridades do Acervo:

- *Autos Findos da Vara de Família e Sucessão*: incluem processos de desquite e divórcio, ações de alimentos, reconhecimento de paternidade e maternidade, alvarás para casamento, tutela de menores, etc.;

- *Processos-crimes*: oportuniza uma série de abordagens distintas. Os processos-crime consideram as mulheres como vítimas, como réis ou testemunhas e, muitas vezes, dão voz a mulheres que provavelmente não teriam sua trajetória registrada de forma escrita;

- *Habilitações para o casamento*: documentação bastante pesquisada. Traz diversas informações sobre os contraentes de matrimônio, como idade, profissão, estado civil e naturalidade; ressaltam casos de novas núpcias, etc.; e

- *Inventários e testamentos*: fontes já habituais nas pesquisas realizadas por historiadores, pois oportunizam discussões sobre posse e divisão de patrimônios, família, herança, etc.

Eventos e atividades culturais

Cumprindo com seu papel de instituição disseminadora de informações e de cultura e que promove o acesso aos documentos que preserva, o Arquivo Público do Estado realiza diversos eventos e atividades culturais, com o objetivo de incentivar a realização de pesquisa histórica. Os principais eventos e atividades são:

- *Mostra de Pesquisa*: atividade de incentivo à pesquisa e divulgação do acervo. Evento realizado anualmente com a apresentação de pesquisas acadêmicas, resultando em publicação escrita. Já se encontra em sua décima edição, atraindo pesquisadores de diversos locais;

- *Oficinas de Educação Patrimonial*: estas oficinas consistem em momentos lúdicos com a finalidade de conscientizar crianças e adolescentes sobre a importância da preservação do patrimônio como fonte da nossa história. A oficina “Os Tesouros da Família Arquivos” se destina a estudantes de 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental, e a oficina “Desvendando o Arquivo Público: historiador por um dia” se destina a alunos de 7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental;

- *I Jornada da Ditadura e Direitos Humanos*: realizada no mês de abril de 2011, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, a Escola do Legislativo/Alrs, e a Associação dos Amigos

do Apers, com o objetivo de oportunizar espaço para a divulgação e discussão a respeito da recente produção intelectual focada na temática Ditaduras de Segurança Nacional na América Latina e Direitos Humanos;

– *Exposições*: o espaço do arquivo Público é cedido gratuitamente para a realização de exposições. Já passaram pelo Apers obras como as da Bienal B, dentre várias outras.

– *Visitas Guiadas*: são realizadas a partir de agendamento a quaisquer interessados em conhecer o conjunto arquitetônico dos três prédios e o acervo do arquivo. Além das Visitas Guiadas, o Apers, em 2011, passou a compor o grupo de instituições que realiza o projeto “**Os Caminhos da Matriz**”, que tem como objetivo aproximar a população do patrimônio histórico e cultural da cidade de Porto Alegre, realizando visitas guiadas aos prédios históricos da Praça da Matriz e outras atividades culturais;

– *Encontro de Arquivistas*: ocorre a cada dois meses com o intuito de reunir e integrar o quadro de arquivistas do estado como forma de troca de experiências e de promover a discussão de assuntos pertinentes ao Sistema de Arquivos do Estado;

– *Assessoria Arquivística*: através do Siarq/RS, o Apers presta assessoria a toda administração direta estadual e aos municípios gaúchos, a fim de auxiliar no levantamento da produção documental, na classificação, na avaliação, no arranjo, na descrição e na preservação de documentos;

– *Pesquisas Históricas*: realizadas pela equipe de *Pesquisa Histórica*, são compostas por historiadores e estagiários de nível superior, que visam à divulgação do acervo e ao incentivo à formação de linhas de pesquisa no arquivo. A partir da realização dessas pesquisas, que acarretam a leitura de processo a processo, são originados os instrumentos de pesquisa que contribuem para o acesso fácil e rápido aos documentos custodiados pelo Apers, orientando melhor a realização das pesquisas, além de contribuir para a preservação da documentação ao diminuir o manuseio direto das fontes primárias. Entre 2006 e 2010, foram mapeados diversos fundos com documentos de setembro de 1763 a maio de 1888, de cujo trabalho resultaram oito volumes do *Catálogo Seletivo: Documentos da Escravidão*, os quais tratam das cartas de liberdade e escrituras de compra e venda de escravos, encontradas no acervo de tabelionatos, inventários e testamentos, nos quais os escravos

eram arrolados como bens e deixados em herança e, ainda, processos crimes, em que os escravos eram vítimas ou réus;

– *Catálogo Seletivo Mulher e Gênero*: desde março de 2011, está em fase de mapeamento e descrição uma nova edição do *Catálogo Seletivo* que irá ressaltar a história das mulheres no RS, a partir do mapeamento e da descrição dos Autos Findos da Vara de Família e Sucessão da Comarca de Porto Alegre, do período de 1889 a 1975. Além desse fundo, foram escolhidos outras fontes que podem ser expressivas para ressaltar as relações entre os gêneros ao longo da história e o lugar (ou os lugares) das mulheres nessas relações. Concomitantemente a esse trabalho, criou-se um grupo de discussão sobre o tema “Gênero, memória e história”, a fim de incentivar reflexões por parte da equipe de trabalho do Apers e a criação de espaços de divulgação de pesquisas e debates. Nesse sentido, o Arquivo Público já cedeu seus espaços para a realização da “I Jornada de História e Gênero da Anpuh-RS” entre 4 e 5 de novembro de 2011.

Considerações finais

Por se tratar de uma instituição arquivística de referência em âmbito nacional, o Apers vem se empenhando cada vez mais na organização e disponibilização eficientes das fontes documentais sob sua custódia.

Tendo sido recolhido ao Apers de acordo com as definições legais de uma determinada época, o acervo do Poder Judiciário continua sendo o acervo de maior volume e de maior número de consultas e pesquisas realizadas diariamente. Trata-se de acervo valioso e rico em inúmeras possibilidades de pesquisa histórica no Rio Grande do Sul, fato que justifica o investimento de recursos humanos e materiais em toda espécie de atividade relacionada a esse acervo. Iniciativas semelhantes à realização de oficinas de Educação Patrimonial, que têm como base alguns assuntos presentes em processos judiciais, demonstram esse fato.

Quando o Apers cumpre competências como gerenciar processos de arquivamento, de guarda e conservação de documentos recolhidos, buscar eficácia no acesso à informação, assegurar à comunidade a preservação e a disseminação da memória, os eventos e as atividades culturais organizados pela equipe se tornam cada vez mais viáveis e possibilitam que se promova a divulgação de seu acervo para a sociedade em geral.

O Arquivo Público também tem o dever de possibilitar melhor formação ao cidadão, orientando para que esse, desde sua infância, entenda conceitos como o de cidadania e valorize a informação, para que a veja como um direito básico ao alcance de todos. Esse é apenas um dos papéis que o Apers se propôs a cumprir, ou seja, quer garantir que se cumpra o direito ao acesso à informação pública.

Referências

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: Quieroz, 1991. p. 86-87.
- DE PLÁCIDO E SILVA. Comarca. In: _____. *Vocabulário jurídico*. São Paulo: Forense, 1961. p. 360. v. 1.
- FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Baptista Santiago. *História administrativa, judiciária e eclesidástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1963.
- RIO GRANDE DO SUL. *Decreto 876*, de 8 de março de 1906. Dá regulamento para a repartição do Archivo Público, Estatística e Biblioteca. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d"”A Federação”, 1906.
- _____. *Decreto 3.775*, de 4 de janeiro de 1927. Approva o novo regulamento da Repartição do Archivo Publico. Porto Alegre: Oficinas typographicas d"”A Federação”, 1927.
- _____. *Decreto 9.207*, de 5 de agosto de 1958. Altera a organização e o regimento interno do Arquivo Público e dá outras providências. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1958.
- _____. *Decreto 20.818*, de 26 de dezembro de 1970. Traça normas básicas para a organização sob a forma de sistema, de atividades do Poder Executivo e regulamenta o artigo 5 do Decreto 19.801, de 8 de agosto de 1969. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em: 5 jan. 2012.
- _____. *Decreto 29.373*, de 12 de dezembro de 1979. Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Justiça e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- _____. *Decreto 33.200*, de 5 de junho de 1989. Institui o SISTEMA DE ARQUIVO do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em: 29 nov. 2010.
- _____. *Decreto 35.923*, de 12 de abril de 1995. Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- _____. *Lei 7.356*, de 1º de fevereiro de 1980. Dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?Rotulo=Lei%20n%BA%207356&idNorma=948&tipo=pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2012.
- _____. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão*. Catálogo Seletivo de cartas de liberdade: acervo dos tabelionatos do interior do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Corag, 2006. Disponível em: <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1169142561_Cat_Sel_Cartas_Liberdade_Vol_1.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2012.
- _____. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. *Portaria 3*, de 30 de março de 1998. Com fundamento na Ordem de Serviço 151/95-98, de 24 de março de 1997, aprova o Regimento Interno da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (Sarh). Publicado no Diário Oficial do RS em: 30 mar. 1998.
- _____. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e da Justiça. Arquivo Público. *Regimento Interno*: aprovado pelo Decreto 7.058, de 22 de maio de 1956. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1956.

_____. Tribunal de Justiça. *História administrativa das comarcas*. Porto Alegre: TJRS; Memorial do Judiciário. Cadernos de Pesquisa, v. 1. 2003.

SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br/portal/siarq.php>>. Acessos em: 10 jan. 2011.